

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	18
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	20
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	21
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	22
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	200
Preferenciais	0
Total	200
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	201.565	201.480	201.421
1.01	Ativo Circulante	633	606	652
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	633	606	652
1.02	Ativo Não Circulante	200.932	200.874	200.769
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	200.928	200.872	200.765
1.02.01.03	Contas a Receber	200.928	200.872	200.765
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	200.928	200.872	200.765
1.02.03	Imobilizado	4	2	4
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4	2	4

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	201.565	201.480	201.421
2.01	Passivo Circulante	3.918.630	3.239.645	2.673.140
2.01.02	Fornecedores	5	4	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5	4	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.923.029	3.244.045	2.677.530
2.01.04.02	Debêntures	3.923.029	3.244.045	2.677.530
2.01.05	Outras Obrigações	0	0	14
2.01.06	Provisões	-4.404	-4.404	-4.404
2.01.06.02	Outras Provisões	-4.404	-4.404	-4.404
2.02	Passivo Não Circulante	24	0	0
2.02.04	Provisões	24	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	24	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	-3.717.089	-3.038.165	-2.471.719
2.03.01	Capital Social Realizado	82.447	82.447	82.447
2.03.02	Reservas de Capital	2.519	2.519	2.519
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.802.055	-3.123.131	-2.556.685

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-63	-93	-115
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-63	-93	-115
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-63	-93	-115
3.06	Resultado Financeiro	-678.861	-566.355	-467.449
3.06.01	Receitas Financeiras	123	160	134
3.06.02	Despesas Financeiras	-678.984	-566.515	-467.583
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-678.924	-566.448	-467.564
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-678.924	-566.448	-467.564
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-678.924	-566.448	-467.564

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Quadro não obrigatório o preenchimento.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27	-46	86
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-678.924	-566.448	-467.564
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	678.951	566.402	467.650
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27	-46	86
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	606	652	566
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	633	606	652

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	82.447	2.519	0	-3.123.131	0	-3.038.165
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.447	2.519	0	-3.123.131	0	-3.038.165
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-678.924	0	-678.924
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-678.924	0	-678.924
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	82.447	2.519	0	-3.802.055	0	-3.717.089

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	82.447	2.519	0	-2.556.685	0	-2.471.719
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.447	2.519	0	-2.556.685	0	-2.471.719
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-566.446	0	-566.446
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-566.448	0	-566.448
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2	0	2
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	2	0	2
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	82.447	2.519	0	-3.123.131	0	-3.038.165

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	82.447	2.519	0	-2.089.121	0	-2.004.155
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.447	2.519	0	-2.089.121	0	-2.004.155
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-467.564	0	-467.564
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-467.564	0	-467.564
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	82.447	2.519	0	-2.556.685	0	-2.471.719

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-63	-91	-110
7.02.04	Outros	-63	-91	-110
7.03	Valor Adicionado Bruto	-63	-91	-110
7.04	Retenções	-1	-2	-2
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1	-2	-2
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-64	-93	-112
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	124	160	134
7.06.02	Receitas Financeiras	124	160	134
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	60	67	22
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	60	67	22
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	3
7.08.02.03	Municipais	0	0	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	678.984	566.515	467.583
7.08.03.01	Juros	678.984	566.515	467.583
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-678.924	-566.448	-467.564
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-678.924	-566.448	-467.564

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ESTADO DE SANTA CATARINA****SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS S.A. – INVESC S.A.****RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Senhores Acionistas,

Levamos ao conhecimento de V. Sas. o Relatório Anual de Gestão, acompanhado das Demonstrações Financeiras, das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, relativo ao exercício de 2012.

Em 1995 a INVESC realizou a emissão de debêntures, equivalente a R\$ 100.000.000,00, valor este repassado ao Estado para a alocação em investimentos públicos no próprio Estado de Santa Catarina. Esta foi a única operação realizada pela empresa desde a sua constituição.

Atualmente a INVESC não possui nenhuma atividade relacionada com a sua atividade operacional. Realiza apenas as atividades previstas na legislação vigente para sua existência. Não possui quadro de funcionários nem sede própria, tendo como patrimônio somente alguns equipamentos necessários para a manutenção das atividades.

Os executivos administradores em 31/12/2012 são:

Wanderlei Pereira das Neves	Diretor-Presidente
Wanderlei Pereira das Neves	Diretor de Relações com o Mercado
Simone de Souza Becker	Diretora
Luis Eduardo de Souza	Diretor

As despesas com manutenção da empresa se restringiu às seguintes:

Despesas Administrativas e de Manutenção	R\$ 62.769,41
Taxa CVM trimestral	R\$ 4.972,20
Despesas com Publicações	R\$ 22.767,92
TOTAL NO ANO	R\$ 90.509,53

Relatório da Administração/Comentário ao Desempenho**SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS S.A. – INVESC S.A.**

Continuação do Relatório de Gestão do Exercício de 2012, página 2 de 3

No exercício de 2012 a INVESC deu continuidade em uma reorganização administrativa, com ênfase no acompanhamento das questões legais, cumprimento de obrigações e prazos perante a Receita Federal do Brasil - RFB, Tribunal de Contas do Estado - TCE, Junta Comercial do Estado - JUCESC e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em Maio de 2012 foi renovado o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa com o escritório Valério Matos Auditores Independentes, por mais um ano, no valor global de R\$ 11.701,49, de acordo com cláusulas contratuais autorizativas.

Em 24.07.2012, foi recebido da Comissão de Valores Mobiliários R\$ 51.020,66 de restituição de Taxa de Fiscalização trimestral de 1998 a 2011 pagos a maior, referente ao Pedido de Restituição protocolado em 12.03.2012.

Também em julho foi atendido Pedido de Informações do Tribunal de Contas do Estado referentes às contas do exercício de 2010.

Em agosto/2012 foi renovado o Contrato de Prestação de Serviços com o escritório de Contabilidade, NEWS Contabilidade, por mais um ano, no valor de R\$ 3.788,28 mensais, de acordo com cláusulas contratuais autorizativas.

A INVESC recebeu, durante o ano, R\$ 54.482,52 da Receita Federal do Brasil, de restituição de Imposto de Renda cobrado indevidamente oriundos do resultado de alguns dos vários processos administrativos existentes protocolados na Receita Federal do Brasil.

A INVESC recebeu em 2011 uma multa da CVM de R\$ 18 mil, que, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado, recorreu judicialmente, após efetuar o depósito judicial do valor corrigido de R\$ 24.377,40. Em julho de 2012, em sentença de 1ª instância, o juiz anulou a exigibilidade da multa por ter sido cobrada indevidamente, pois não observou o Princípio da Legalidade, previsto na Constituição Federal, no artigo 37, *caput*. A CVM recorreu para a 2ª instância (TRF4, em Porto Alegre).

As debêntures emitidas e vencidas em 31/10/2000 e os juros sobre as debêntures vencidos e não pagos até 31/12/ 2012, totalizaram pelos critérios de atualização previstos na escritura R\$ 3.918.625.590,27.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

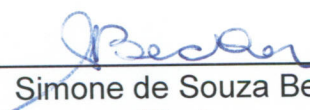
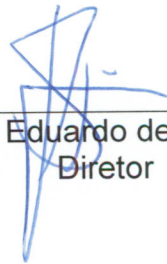
ESTADO DE SANTA CATARINA
SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS S.A. – INVESC S.A.

Continuação do Relatório de Gestão do Exercício de 2012, página 3 de 3

A atual Diretoria da INVESC vem mantendo os contatos necessários para buscar o encerramento da dívida da INVESC e possibilitar a sua extinção. Contudo, até o término do exercício de 2012 as tratativas não possibilitaram encontrar um denominador comum que permitisse a conclusão das negociações.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2013.

A DIRETORIA


Wanderlei Pereira das Neves
Diretor Presidente
Neri Müller
Contador CRC/SC 023.584/O-6
Simone de Souza Becker
Diretora
Luis Eduardo de Souza
Diretor

Notas Explicativas

Estado de Santa Catarina
INVESC – Santa Catarina Participação e Investimentos S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2012**NOTA 01: CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia foi constituída em 30 de Outubro de 1995 através da Lei Estadual nº 9.940, de 19/10/95, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de gerar recursos para alocação em investimentos públicos no território catarinense.

NOTA 02: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NOTA 03: RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Classificação de itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização até o final do exercício social subsequente são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização após o final do exercício social subsequente são classificados como itens não circulantes.

b) Ativo Circulante

Está demonstrado pelos valores de realização, contemplando, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias correspondentes até a data do balanço.

c) Ativo Realizável a Longo Prazo**c.1) Ações da CELESC**

As ações das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC garantem a emissão de debêntures por parte da Companhia. A AGE da CELESC de 11/08/2006 aprovou o agrupamento das ações na proporção de 20:1, ou seja, cada 20 (vinte) ações da CELESC tornaram-se 1 (uma) ação a partir de 02/10/2006.

As ações estão avaliadas, em 31/12/12, pelo custo de aquisição, e estão assim demonstradas:

Notas Explicativas

	R\$	Quantidade
Ações PNB	R\$ 10.757.535,32	625.438 ações
Ações ON	R\$ 58.995.599,79	4.551.897 ações
Total	R\$ 69.753.135,11	

De acordo com o artigo 183 da Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, não foi constituída a Provisão para Ajuste a Valor de Mercado, tendo em vista que o valor de mercado das ações para o 4º trimestre do exercício de 2012 é superior ao seu custo de aquisição, como é demonstrado a seguir:

	Quantidade	Custo de Aquisição	Valor de Mercado 31/12/2012
Ações PNB	625.438 ações	R\$ 10.757.535,32	R\$ 16.886.826,00
Ações ON	4.551.897 ações	R\$ 58.995.599,79	R\$ 168.420.189,00
Total	5.177.335 ações	R\$ 69.753.135,11	R\$ 185.307.015,00

c.2) Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina

A conta Convênio Governo do Estado de Santa Catarina teve por objetivo a geração dos recursos para alocação em investimentos públicos no território catarinense, conforme discrimina a Nota 01 acima, com o montante de R\$ 129.731.322,54 (cento e vinte e nove milhões, setecentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos). Esta conta não sofre correção monetária e não apresenta cláusula em seu Contrato quanto à correção monetária e sua devolução à Companhia.

c.3) Depósito Judicial

Por ordem judicial a CELESC depositou em juízo em 31/07/2004 o valor de R\$ 3.145.902,26, referente a Juros s/Capital Próprio das Ações da CELESC, pertencentes à INVESC, para garantia de parte da dívida para com os debenturistas.

c.4) Juros a Receber s/ Capital Próprio

A Planner Corretora de Valores S/A, na condição de Agente Fiduciário, para garantia de parte da dívida da INVESC para com os debenturistas, reteve em 28/06/2005 o Valor de R\$ 679.746,52 e em 16/01/2006 o valor de R\$ 577.992,52 totalizando em 31/12/09 R\$ 1.257.739,04 referente a Juros s/Capital Próprio das Ações da Celesc.

c.5) Depósito Judicial –C.V.M.

Em 30/04/2012 foi depositado em juízo o valor de R\$ 24.377,40 referente multa aplicada pela C.V.M. – Comissão de Valores Imobiliários pela ausência de publicação da proposta do Conselho de Administração da AGO 2009, previsto no artigo 21, inciso VIII, da Instrução CVM 480/2009, com vigência a partir de 01/01/2010. Sendo questionado a legalidade da multa aplicada, ressaltando o Princípio da Anterioridade, que prevê que a regulamentação da penalidade deve ser anterior ao fato jurídico tributário, o que não ocorreu no caso, uma vez que o fato que gerou a obrigação se deu em 31/12/2009 e a IN

Notas Explicativas

/CVM nº 480/2009, que fundamentou a aplicação da penalidade, começou a vigorar em 01/01/2010.

d) Debêntures

Em 01/11/95, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a emissão de 10.000 debêntures em série única, não conversíveis em ações. As referidas debêntures, vencidas em 31/10/00 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente (Nota 04). A posição das debêntures em 31/12/12 é a seguinte:

Quantidade Emitida	10.000 debêntures
Valor do P.U. em 01/11/1995	R\$ 10.000,00
Total da Emissão	R\$ 100.000.000,00
Valor do P.U. em 31/12/2012	R\$ 44.949,12000
P.U. dos Juros Vencidos	R\$ 392.302,923156
Vencimento	31/10/2000
Base da Remuneração	TJLP + Juros de 14% a.a.
Agente Fiduciário	Planner Corretora de Valores S/A

Em 31/12/2012, o saldo devedor das debêntures emitidas, acrescido dos juros vencidos até esta data, corresponde a R\$ 3.923.029.231,56 o qual está devidamente apropriado no Passivo Circulante.

Em 31/10/96 foram pagos juros no montante de R\$ 16.685.200,00 (dezesseis milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e duzentos reais), sendo que em 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, não ocorreram pagamentos, sendo efetuada apenas a provisão, conforme descrito acima. Os valores contábeis estão de acordo com o total compactuado na escritura da emissão das debêntures, sendo reconhecidos os juros e variações monetárias até a data do balanço.

e) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas e as despesas correspondentes.

NOTA 04: LITÍGIO JUDICIAL

A Planner Corretora de Valores S/A na condição de Agente Fiduciário dos debenturistas, ajuizou ação de execução por quantia certa contra a INVESC na 2ª Vara Cível no foro da comarca da capital-SC, através do processo nº 023.00.005707-2, em decorrência da declaração de vencimento antecipado das debêntures emitidas pela INVESC, em razão do não pagamento dos juros previstos na escritura pública de emissão das debêntures.

A INVESC interpôs Embargos à Execução que foram julgados procedentes em primeiro grau, decisão esta reformada pelo Tribunal de Justiça e mantida pelo Superior Tribunal de Justiça que não conheceu o recurso interposto pela executada - INVESC.

Notas Explicativas

Nos autos da referida execução foram penhoradas ações da CELESC que garantiam as debêntures emitidas pela INVESC, bem como os dividendos pagos à executada. Em 2007, a pedido da exequente, foi deferida a adjudicação das ações da CELESC que estavam penhoradas.

Contra essa decisão foi interposto Agravo de Instrumento nº 2007.021143-9, patrocinado pela Dra. Ana Paula de Andrade, advogada constituída pela INVESC para esse fim.

Em 2009 o Agravo de Instrumento nº 2007.021143-9 interposto pela INVESC, foi conhecido e deu-lhe provimento parcial “para cassar a decisão recorrida na parte em que determinou a expedição da carta de adjudicação”.

A Planner Corretora de Valores S/A opôs embargos de declaração nº 2007.021143-9/0001, contra a decisão acima, tendo sido conhecido dos embargos de declaração e rejeitados. Atualmente encontram-se sub-judice.

NOTA 05: CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia, subscrito no ato da constituição, é representado por 200.000 ações Ordinárias Nominativas, sem valor de mercado, correspondendo, cada uma, a um voto nas Assembléias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos por lei e nos Estatutos para sua espécie.

* * *

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor Presidente

Neri Müller
Contador CRC/SC 023.584/O-6

Simone de Souza Becker
Diretora

Luis Eduardo de Souza
Diretor

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Santa Catarina Participações e Investimentos S/A - INVESC
Nesta

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Catarina Participação e Investimentos S/A – INVESC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase.

Os valores repassados ao Governo de Santa Catarina (Nota 3.c.2) no montante de R\$ 129.731.322,54, foram captados principalmente com emissão de debêntures (Nota 3.d) e não geram nenhuma receita para a empresa. A operação de debêntures é garantida com 4.551.897 ações ordinárias das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC que se encontram caucionadas em favor dos debenturistas. As debêntures, cujo saldo atualizado em 31.12.2012 é de R\$ 3.918.625.590,27 (inclusos juros vencidos num montante de R\$ 3.473.538.031,57), conferem aos seus titulares juros de 14% ao ano. Referidas debêntures encontram-se vencidas e estão sendo cobradas judicialmente pelo Agente Fiduciário (Nota Explicativa nº 4). O pagamento dos juros vencidos, bem como o reembolso das debêntures, atualizadas pela TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, dependerá do repasse de recursos (integralização de capital), por parte do Governo do Estado de Santa Catarina e/ou da alienação das ações das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC. O agente fiduciário “Planner Corretora de Valores S.A.” promove em nome dos debenturistas, execução judicial das ações dadas em garantia, cujo desfecho no entendimento da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina deve ser favorável aos debenturistas por tratar-se de execução lastreada em título líquido e certo, como decidiu o Poder Judiciário. Referidas ações estão avaliadas contabilmente pelo custo histórico.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2013.

VGA & VALÉRIO MATOS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Vilson Miguel Garcia Lourival Pereira Amorim
Contador CRC/SC 9.744/O-1 Contador CRC/SC 9.914/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS S/A –INVESC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelos incisos II e VII, do artigo 163, da Lei nº 6404/76, declara haver procedido ao exame do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da Empresa relativas ao exercício de 2012, tendo concluído com base nesse exame e no Parecer dos Auditores Independentes, VGA & VALERIO MATOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, de 27 de fevereiro de 2013, que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa. Assim, por seus membros abaixo assinados, o Conselho Fiscal recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelos acionistas na Assembléia Geral.

Florianópolis(SC) 25 de março de 2013.

Augusto Puhl Piazza
Luiz Von Knoblauch
Presidente do Conselho Fiscal
Membro

Adriano de Souza Pereira
Membro

André

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARECER DE AUDITORIA INTERNA

O Setor de Controle Interno da SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS S/A –INVESC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver procedido ao exame do Relatório de Gestão, do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da Empresa relativas ao exercício de 2012, findo em 31/12/2012, tendo concluído com base nesse exame e no Parecer do Conselho Fiscal e no Parecer dos Auditores Independentes, VGA & VALERIO MATOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, de 27 de fevereiro de 2013, que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa. Assim, por seus membros abaixo assinados, o Conselho Fiscal, recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelos acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

Florianópolis(SC) 26 de março de 2013.

André Luis Von Knoblauch
Rosilene Eller
Setor de Controle Interno
Setor de Controle Interno

Luís Eduardo de Souza
Setor de Controle Interno

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

INDEPENDENTES

A Diretoria da SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS S/A –INVESC, declara haver procedido ao exame dos Pareceres dos Auditores Independentes, VGA & VALERIO MATOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, de 27 de fevereiro de 2013, e os mesmos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa.

Assim, recomendamos os citados documentos sejam aprovados pelos acionistas na Assembléia Geral Ordinário.

Florianópolis(SC) 27 de março de 2013.

Wanderlei Pereira das Neves
Simone de Souza Becker
Diretor Presidente
Diretora

Luís Eduardo de Souza
Diretor